

EDITORIAL

Prezado leitor.

Neste número da Revista Brasileira de Cancerologia você encontrará temas tão diversificados como a atenção integral à mulher (mama e colo de útero), a utilização de tecnologia necessária ao atendimento em câncer (no caso a videolaparoscopia) e artigos que comentam e analisam procedimentos médicos cirúrgicos na assistência direta ao paciente.

Esses temas onde aparentemente predominam aspectos estritamente técnicos incluem questões importantes sobre a gestão pública na área de Oncologia e sobre esse tema gostaríamos de tecer e apresentar um breve comentário.

A história da Cancerologia no Brasil aponta a visão, já na década de 30, do câncer como problema de saúde pública, fato observado através da atuação do professor Mário Kroeff e sua equipe. Porém, muito se tem a caminhar se desejarmos vencer o avanço epidemiológico da doença e controlar o câncer no Brasil. É mister que se atualize o debate e que se coloque em destaque, na pauta da saúde pública brasileira, o câncer como segunda causa de mortalidade e as atuais dificuldades encontradas para o seu controle, melhor dizendo, quais os desafios desta área para o século que se iniciou.

Por exemplo, dentro do contexto sócio-econômico e cultural brasileiro, como desenvolver um complexo organizacional público em câncer, aliando a qualidade da atenção (promoção da saúde, prevenção, detecção precoce, assistência, reabilitação e cuidados paliativos) com a eficiência da gestão pública, devendo esta ter adequada flexibilidade e necessário mecanismo de controle, externo e interno. Como manter esse complexo inserido de forma orgânica ao Sistema Único de Saúde, nos três níveis de governo (federal, municipal e estadual).

E mais, como enfrentar o desafio de formar recursos humanos em Oncologia com qualidade técnica e humana para suprir a carência nacional nesta especialidade.

Além disso é necessário que a gestão pública fomente

e lidere pesquisas em Oncologia ou temas afins que forneçam respostas da comunidade científica aos anseios do ser humano sobre uma doença ainda estigmatizante pela pouca informação.

A busca da superação destes profundos desafios tem sido a preocupação da nova gestão do INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Neste sentido a Direção Geral vem promovendo debates internos, com grupos de trabalho em todas as áreas de atuação do INCA e construindo um modelo de gestão voltado ao enfrentamento das questões aqui colocadas. Neste trabalho algumas premissas foram reafirmadas e estabelecidas, quais sejam:

- Assessorar o Ministério da Saúde na formulação e execução das políticas em câncer;
- Atuar dentro de um modelo de gestão participativa e compartilhada, ou seja, ouvir os setores, pactuar decisões e democratizar as informações;
- Captar recursos externos para projetos principalmente em pesquisa bem como na assistência, estimulando parcerias com a sociedade civil e instituições internacionais e desenvolver uma rede de atenção oncológica nacional em todos os níveis de atenção.

Essas premissas geraram diretrizes para a atuação institucional nos próximos anos. As principais serão aqui pontuadas.

Para a assistência cabe a atuação de forma integrada e articulada dentro do SUS, no âmbito municipal, estadual e federal, desenvolvendo uma rede de atenção oncológica com hospitais próprios (do INCA) e não próprios, como por exemplo os centros de alta complexidade oncológica (CACON) e as demais unidades do SUS.

Para o Ensino é necessário consolidar e construir parcerias com universidades e centros de ensino que promovam intercâmbio de treinandos, estágios e atualizações em consonância com as necessidades do SUS, utilizando o ensino presencial e a tecnologia do Ensino a Distância para realizar esta ação.

No campo da prevenção, sabemos que sem política

de promoção da saúde através de informações, sem treinamento e capacitação dos profissionais de saúde em prevenção e detecção precoce do câncer, não será possível desenvolver ações de impacto para o controle da doença no Brasil. Portanto será uma das nossas prioridades fortalecer ações conjuntas com secretarias estaduais na educação em saúde, na atenção básica (PSF), além de atuarmos com as sociedades científicas principalmente no que tange à consensos.

E para a pesquisa é prioritário ampliar a atuação do INCA, buscando novas parcerias nacionais e internacionais, abrindo novas linhas e contemplando a pesquisa qualitativa nestas ações.

As premissas e diretrizes que constituem esse arcabouço de propostas do INCA só serão factíveis dentro de um modelo de gestão que compreenda um conselho deliberativo democraticamente constituído,

uma câmara técnica capaz de acompanhar e desenvolver novas tecnologias em Oncologia; um conselho de bioética atuante diante dos dilemas impostos aos profissionais da área e por fim, mas não menos importante, a instalação da ouvidoria do INCA que garantirá ao Instituto a interlocução necessária com a população que utiliza nossos serviços.

Dessa forma procuramos informar ao leitor da RBC o momento atual do Instituto Nacional de Câncer e os temas que estarão na pauta do Ministério da Saúde durante essa gestão.

Dr. José Gomes Temporão
Diretor Geral do Instituto Nacional de Câncer